



**César Nogueira**

### A nossa Lista

A lista que se apresenta às eleições de 16 de Março, para o triénio 2018/2021 mantém, no essencial, quer os princípios reivindicativos que têm norteado o trabalho associativo dos últimos 3 anos quer a nossa história enquanto a mais antiga e representativa associação profissional da GNR.

A GNR, que no passado viu nascer o associativismo profissional, em que vigorava o Regulamento de Disciplina Militar, que contemplava penas privativas da liberdade por via administrativa é certamente muito diferente daquela que hoje existe e, se de alguma forma, com avanços e recuos, se foi modernizando e adaptando à sociedade, muito se deve ao percurso histórico e reivindicativo da APG/GNR, que foi trilhado com muita resistência, persistência, coragem e, invariavelmente, com sacrifício da vida pessoal e profissional daqueles que dão e deram rosto e voz a esta associação.

Contudo é claro que o processo de modernização da Guarda, no sentido de se tornar mais humana, autónoma e próxima da realidade europeia, enquanto instituição policial ainda está longe de chegar a um ponto satisfatório.

O associativismo profissional na Guarda tem um papel preponderante a cumprir no processo de modernização da GNR, agindo como catalisador mas, sobretudo, como baluarte da defesa dos direitos dos profissionais da Guarda, da sua dignidade profissional e condições de trabalho.

A nossa lista tem como linha estruturante do seu trabalho a dinâmica associativa, que só pode ser eficaz perspectivando-se a sua acção com base nos seus associados, na sua participação efectiva, na criação de relações de confiança e na promoção da solidariedade e do espírito de união.

Os elementos que compõem esta lista são provenientes das mais diversas valências e têm o conhecimento directo do dia-a-dia da sua actividade profissional e, na primeira pessoa, têm vivido as realidades e dinâmicas existentes na Guarda.

Esta é uma lista que acredita na coragem e na determinação, mas também na União e Solidariedade de todos os profissionais, preceitos que são o alicerce desta Associação e que serão fundamentais nos tempos que se aproximam, de grande luta e, esperemos, de grandes vitórias.

Temos ideias e projectos claros e objectivos. Temos coragem e determinação para prosseguir a luta em defesa de uma Guarda Nacional Republicana modernizada, que privilegie o policiamento preventivo e de proximidade, que reconheça aos seus elementos direitos fundamentais de cidadania, que lhes proporcione as adequadas condições de serviço, compatíveis com o grande risco e desgaste a que estão sujeitos.

Urge igualmente pugnar por uma capacidade de organização colectiva ainda mais forte, por isso, reclamar o caminho para uma nova dimensão do associativismo profissional, assente em instrumentos legais que permitam aos profissionais da GNR levar mais longe as suas posições, garantindo-se uma legitimidade efectiva ao associativismo profissional e ao direito de representação.

### Contexto e desafios

Os últimos anos têm sido marcados, contraditoriamente, pela reposição e até conquista de alguns direitos e, por outro lado, pela manutenção de uma postura discriminatória em relação aos profissionais da GNR que, assumindo o estatuto de funcionários públicos para a aplicação de cortes salariais e de congelamento das carreiras mas nunca para a reposição equitativa de direitos.

Foi o que sucedeu com o descongelamento das carreiras da função pública, que entende o Governo, deve deixar os profissionais da GNR de fora, no que respeita à contabilização dos anos anteriores para efeitos de progressão na carreira, fazendo tábua rasa dos seus legítimos direitos, dos milhares de promoções em atraso.

Foi o mesmo ponto de partida, que nos perspectiva como funcionários públicos que serviu de argumento para o corte no período de férias, ao passo que o mesmo Governo que repôs as 35 horas semanais para a função pública, fixou um horário de 40 horas para os profissionais da GNR, que frequentemente não é cumprido e cujos moldes não considera o facto de exercermos uma profissão de risco e elevado desgaste.

No que se refere à aprovação do novo Estatuto, há que referir muito claramente que não correspondeu às expectativas dos profissionais da GNR, não garantindo a autonomia da Instituição, normas de passagem à reserva justas e, ainda, implementando um sistema de progressão na carreira que não privilegia a promoção não dos mais aptos e mais competentes profissionalmente.

Pugnar por um horário policial digno, pela reposição do poder de compra perdido, por via da reposição integral da progressão na carreira e revisão do sistema remuneratório, exigir condições de serviço adequadas, quer do ponto de vista humano, quer do ponto de vista material, serão linhas prioritárias de acção dos próximos anos.

Defender o reforço do associativismo profissional na GNR, alargando objectivamente o direito de organização colectiva e, em simultâneo, promovendo uma ampla participação de todos os associados será imprescindível na concretização dos nossos objectivos, de modernização e humanização da Instituição, que deve prestar um serviço público de excelência e de proximidade das populações mas que, igualmente deve reconhecer a dimensão de cidadania dos profissionais que a servem.

É neste contexto que, em coerência com as nossas reivindicações, propomos as seguintes linhas de acção:

Qualificação da GNR enquanto Força de Segurança autónoma;

Exigir um efectivo por posto não inferior a 28 elementos.

### Defender Direitos

- Exigir um horário de serviço de 36 horas semanais, na medida em que não é aceitável a imposição de um horário de 40 horas semanais, superior ao praticado para a restate função pública;
- Dignificação das instalações, equipamentos, e condições de serviço;
- Fardamentos adequados às necessidades do serviço;
- Pagamento dos retroactivos referentes aos posicionamentos na Tabela Remuneratória Única, com referência a Janeiro de 2010 (já existe um processo em tribunal sobre esta matéria, interposto neste mandato e que está a aguardar decisão);
- Revisão da política de suplementos de compensação pelo risco profissional;
- Dignificação da função do agente de autoridade, valorização dos recursos humanos, das carreiras e implementação de métodos de progressão justos;
- Cumprimento e respeito pelo Código Deontológico da função policial;
- Requalificação da carreira dos Guardas e Sargentos licenciados;
- Autonomia da Guarda em relação ao exército e progressão do QP/GNR até Oficial – General;
- Respeito pelo estatuto do trabalhador estudante e aplicação das normas jurídicas do cônjuge, constantes na legislação especial;
- Revisão do Regulamento Geral do Serviço da Guarda, no sentido de o tornar mais adequado às funções policiais exercidas na GNR.
- Representação associativa no Conselho Superior da Guarda e no Conselho Superior de Disciplina e Deontologia;
- Abolição da aplicação do Código de Justiça Militar aos profissionais da GNR;
- Revogação do Estatuto dos Serviços Sociais;
- Fim da obrigatoriedade da realização dos serviços remunerados, criando-se uma escala de “disponíveis” para a realização deste tipo de serviços;
- Formação permanente e contínua, adequada à missão policial;
- Reclamar uma melhor gestão de recursos humanos com vista ao reforço da componente operacional, adequando os ingressos às carências existentes;
- Manutenção do SAD/GNR como sistema específico da Guarda e revogação do aumento dos descontos dos beneficiários;
- Reposição do direito dos cônjuges ao SAD/GNR, nos moldes vigentes em 2005;
- Exigir que o superavit existente no SAD/GNR não seja, em caso algum, utilizado para outro fim que não a melhoria dos cuidados de saúde prestados.
- Melhoria na qualidade na prestação de cuidados de saúde e Implementação de políticas de higiene, segurança e medicina preventiva no trabalho;
- Revogação do Regulamento Geral de Saúde, adaptando-o às necessidades e realidade da Guarda e ao princípio da equidade;
- Valorização da Mulher na Guarda criando-se condições para o exercício de funções com dignidade.
- Reposição dos direitos perdidos na Aposentação;
- Pugnar pela concretização imediata das promoções em atraso e pelo descongelamento integral das carreiras, contabilizando-se para o efeito os anos de serviço anteriores.
- Pugnar pela revisão do Sistema Remuneratório, no sentido de garantir vencimentos mais justos e adequados e de cessar o processo de perda de poder de compra.

### Associativismo Profissional

- Promover o diálogo institucional com a Tutela e com o Comando Guarda, pugnando pelos direitos dos profissionais e objectivos sufragados pela APG;
- Defesa intransigente de direitos colectivos, permitindo-se o direito de associação sindical tal como sucede noutras estruturas congêneres, nacionais e estrangeiras, devendo considerar-se nesse diploma, entre outros, os seguintes aspectos:
  - o direito de representação, designadamente no CSG e no CEDD
  - o direito de negociação
  - maior autonomia na organização e funcionamento das estruturas associativas
  - regulamentação jurídica da figura do delegado associativo.
- Exigir o arquivamento imediato dos processos disciplinares instaurados pela IGAI aos associados da APG que participaram numa acção de protesto em 2012.

### Reforçar a APG!

- Favorecer e fortalecer o diálogo e a cooperação com as Associações e Sindicatos das Forças e Serviços de Segurança no quadro da CCP, e de outras plataformas de entendimento de carácter esporádico ou permanente, nacionais ou estrangeiras, para análise de problemas comuns e intercâmbio de experiências e conhecimentos e intervenção conjunta;
- Permanecer como membro permanente da European Confederation of Police (EUROCOP) dinamizando e potencializando a participação da APG/GNR;
- Ampliar e dinamizar a rede de delegados associativos.
- Proceder periodicamente à auscultação dos problemas, preocupações e aspirações dos profissionais e canalizá-las para as entidades responsáveis;
- Optimizar os canais de comunicação entre a Direcção Nacional da APG e os associados.
- Manter a publicação regular do Boletim APÉGÊ e reactivar a edição da revista Dignificar;
- Reforçar o apoio jurídico aos associados.
- Incentivar a realização de iniciativas sobre questões de cariz socioprofissional, que permitam a tomada de posições sustentadas sobre os problemas que afectam os profissionais e a actividade policial;
- Realizar reuniões específicas com os sócios de cada classe profissional e por áreas de intervenção, incluindo os reformados;
- Estimular o trabalho associativo e reivindicativo nas diversas Regiões.
- Lançar uma Campanha de novos sócios da APG, promovendo o conhecimento dos Direitos e da força da APG.

**VOTA LISTA A**

**NO DIA 16 DE MARÇO VOTA! PELOS TEUS DIREITOS!**

**PORQUE ACREDITAMOS NUM FUTURO MELHOR! PORQUE A VOZ DOS ASSOCIADOS É A FORÇA DA APG/GNR**

